

Evolução da divisão territorial do Brasil 1872 - 2010: conteúdo digital

Apresentação

Esta versão digital do Projeto é fruto da revisão das malhas político-administrativas contidas no Projeto Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010, publicado pelo IBGE em 2011 adotada (http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm).

Ela reúne arquivos, em formato *shape file*, dos polígonos e pontos representando a evolução da malha estadual e municipal brasileira, acompanhados de planilha eletrônica fornecendo a genealogia dos municípios, os desmembramentos ocorridos no período, nas mudanças na toponímia e grafia, assim como, os valores populacionais por ano censitário e por município. Cabe observar que em 1872 a população brasileira foi recenseada como população livre ou escrava e, a partir de 1940, segundo a situação do domicílio.

As malhas municipais constantes desse trabalho não apresentam precisão cartográfica, tendo sido elaboradas pela união dos polígonos municipais, a partir da malha de 1991, atendendo ao processo de emancipação municipal.

As informações de população dos censos de 1872 a 1960 foram digitadas para este trabalho a partir de arquivos PDF disponíveis em www.ibge.gov.br e para o ano de 1920 do próprio volume em papel. Informações mais detalhadas acerca da elaboração das malhas e tabelas podem ser obtidas na Metodologia do volume divulgado em 2011.

Cabe observar que as malhas referentes aos anos 2000 e 2010 encontram-se disponíveis em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm.

As Notas a seguir destacam não só as principais mudanças constitucionais e ortográficas que alteraram a grafia e as fronteiras políticas de estados e municípios brasileiros nesse período, como algumas inconsistências eventualmente existentes nos arquivos consultados e/ou resultantes de fatos históricos ocorridos no longo processo de construção do mapa político nacional.

Finalmente, agradecemos aos usuários que puderem contribuir com críticas e sugestões ao aperfeiçoamento deste trabalho.

Notas

1872

O Acre ainda não pertencia ao Brasil. Os atuais estados eram as então províncias e a população se dividia entre livres e escravos. A capital de Minas Geraes era Ouro Preto. Os limites do município de Villa Franca no Pará não foram identificados, apenas sua sede.

1900

A capital do estado de Minas Geraes foi para Bello Horizonte e a do Rio de Janeiro para Petrópolis. Os limites do município de Jatahy em São Paulo não foram identificados, apenas sua sede.

1911

O Acre foi incorporado ao Brasil passando a compor o primeiro território federal e não teve capital até 1920. Não houve censo em 1910, assim a malha municipal de 1911 foi obtida na Divisão Administrativa do Brasil desse ano. A capital do estado do Rio de Janeiro retornou a Nictheroy. Os limites do município de Jatahy em São Paulo não foram identificados, apenas sua sede.

1920

O estado de Santa Catharina tomou sua forma atual. Os limites do município de Jatahy em São Paulo não foram identificados, apenas sua sede.

1933

Não houve censo em 1930, assim a malha municipal de 1933 foi obtida na Divisão Administrativa do Brasil desse ano. Até aquela época a capital do estado de Goyaz era a cidade de Goyaz.

1940

Primeiro censo realizado pelo IBGE quando a população passou a ser legalmente dividida entre urbana e rural. Surgiram os litígios entre Minas Gerais e Espírito Santo e entre Piauí e Ceará. A capital do estado de Goiás foi transferida para Goiânia.

1950

Em 1943 foram criados os territórios federais de Guaporé, Rio Branco, Amapá, Fernando de Noronha, Iguassú e Ponta Porã, os dois últimos foram extintos pela Constituição Federal de 1946 por isso não aparecem nesses mapas elaborados apenas para anos de censos demográficos. Parte do litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo foi solucionada.

1960

A capital do país foi transferida para Brasília e o antigo distrito federal transformado em estado da Guanabara. O território federal de Guaporé passou a ser denominado Rondônia e o de Rio Branco passou a Roraima. Outra parte do litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo foi solucionada.

1970

O país passou a ter mar territorial legalmente estabelecido. O antigo território federal do Acre foi elevado à categoria de estado. O litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo foi inteiramente solucionado.

1980

O estado da Guanabara sofreu fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro e o antigo estado do Mato Grosso foi dividido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

1991

Rondônia foi elevado à categoria de estado em 1982. Pela Constituição Federal de 1988, o antigo estado de Goiás foi dividido para formar os estados de Goiás e Tocantins. Os territórios de Roraima e Amapá foram elevados a estado e Fernando de Noronha passou a ser território estadual de Pernambuco.

2000

Os limites marinhos passaram a ser compostos por: Mar Territorial com 12 milhas, Zona Contígua com 24 milhas e Zona Econômica Exclusiva com 200 milhas náuticas.

2010

A linha divisória entre os estados do Acre e Amazonas foi alterada.